



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	30.383.651.351,44	
Receita Corrente Líquida Ajustada	30.294.830.171,62	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.221.166.993,01	4,03
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da RLF) - <%>	1.817.689.810,30	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da RLF) - <%>	1.726.805.319,78	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da RLF) - <%>	1.635.920.829,27	5,40
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	32.863.469,58	221.690.017,55

FONTE: SIAFE, Gerência de Contabilidade e Controle - TJCE, 20 de março de 2023, às 13:31

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 20 de março de 2023.



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará divulga o Relatório de Gestão Fiscal - RGF do 3º quadrimestre de 2022, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 composto pelo Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	82.696.165,85	108.714.079,16	108.600.586,43	108.363.676,70	116.970.625,50	158.341.953,03	108.555.537,37	111.512.181,67	110.632.842,49	111.812.735,30	111.439.985,82	203.831.492,70	1.441.471.862,02	18.817.107,63
Pessoal Ativo	68.869.968,17	91.172.881,28	90.431.951,69	89.867.206,52	94.578.132,68	130.211.396,61	89.902.867,34	92.144.711,33	91.607.821,05	92.742.320,39	92.395.978,14	175.260.341,69	1.199.185.576,89	18.817.107,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	68.869.968,17	75.274.466,59	73.276.040,55	73.174.664,13	77.810.570,85	112.810.172,95	72.516.798,72	74.774.138,79	74.216.946,38	75.417.760,79	74.974.653,37	122.095.343,05	975.211.524,34	18.817.107,63
Obrigações Patronais	0,00	15.898.414,69	17.155.911,14	16.692.542,39	16.767.561,83	17.401.223,66	17.386.068,62	17.370.572,54	17.390.874,67	17.324.559,60	17.421.324,77	53.164.998,64	223.974.052,55	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.826.197,68	17.541.197,88	18.168.634,74	18.496.470,18	22.392.492,82	28.130.556,42	18.652.670,03	19.367.470,34	19.025.021,44	19.070.414,91	19.044.007,68	28.571.151,01	242.286.285,13	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.495.516,45	13.482.496,24	13.982.908,55	14.361.352,14	14.558.949,89	22.028.807,95	14.581.887,14	15.306.375,90	14.965.352,48	15.014.833,84	14.970.058,74	24.253.221,79	191.001.761,11	0,00
Pensões	330.681,23	4.058.701,64	4.185.726,19	4.135.118,04	7.833.542,93	6.101.748,47	4.070.782,89	4.061.094,44	4.059.668,96	4.055.581,07	4.073.948,94	4.317.929,22	51.284.524,02	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	14.406.296,25	17.887.973,15	18.111.709,17	18.196.900,44	21.874.737,48	27.472.581,49	18.278.871,12	19.268.747,27	18.577.336,51	18.604.467,84	18.562.162,37	27.841.691,18	239.083.474,27	38.502,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	910.779,80	954.182,98	672.525,18	384.073,93	497.995,91	343.530,04	296.949,53	572.025,37	223.063,51	204.801,37	188.903,13	230.771,27	5.479.602,02	38.502,37
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.495.516,45	16.933.790,17	17.439.183,99	17.812.826,51	21.376.741,57	27.129.051,45	17.981.921,59	18.696.721,90	18.354.273,00	18.399.666,47	18.373.259,24	27.610.919,91	233.603.872,25	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	68.289.869,60	90.826.106,01	90.488.877,26	90.166.776,26	95.095.888,02	130.869.371,54	90.276.666,25	92.243.434,40	92.055.505,98	93.208.267,46	92.877.823,45	175.989.801,52	1.202.388.387,75	18.778.605,26
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
						valor								% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						30.383.651.351,44								-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)						521.091,18								-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)						88.300.088,64								-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)						30.294.830.171,62								-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)						1.221.166.993,01								4,03
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						1.817.689.810,30								6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						1.726.805.319,78								5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)						1.635.920.829,27								5,40

FONTE: SIAFE, Gerência de Contabilidade e Controle - TJCE

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA 2. O valor das despesas com o item 31900700 - Contribuição a Entidades Privadas de Previdência de janeiro a agosto, que não havia sido registrado no 2º Quadrimestre de 2022, foi acrescido ao valor de setembro de 2022.

NOTA 3. Republicação para ajustes na Receita Corrente Líquida.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 20 de março de 2023.

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretário de Finanças

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Rômulo Pinheiro Ribeiro
Auditor-Chefe



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER JUDICIÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA - JANEIRO A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")

(R\$ 1,00)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em Restos a Pagar não processados f)=(a-(b+c+d+e)-f	Restos e pagar empenhados e não liquidados do exercício (g)	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida após a inscrição em Restos a Pagar não Processados (h)=(f-g)
		Restos a Pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS REC. NÃO VINCULADOS (I)	416.008.311,41	1.200,00	19.206.227,10	227.782,50	415.659.130,32	-19.086.028,51	3.555.697,24	0,00	-22.641.725,75
Recursos Ordinários - Fontes 00 e 01	497.807,03	1.200,00	19.206.227,10	227.782,50	148.625,94	-19.086.028,51	3.555.697,24	0,00	-22.641.725,75
Depósitos Judiciais - TJ FONTE TESOIRO	273.263.773,56	0,00	0,00	0	273.263.773,56	0,00	-	0,00	0,00
Fianças Criminais - TJ FONTE TESOIRO	142.246.730,82	0,00	0,00	0	142.246.730,82	0,00	-	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	278.159.724,93	450.698,33	1.596.195,03	2.457.895,16	15.420,77	273.639.515,64	29.307.772,34	0,00	244.331.743,30
Recursos de Operações de Crédito -FT 48		-	6.775,58	-	-	-6.775,58	945.265,30	0,00	-952.040,88
FERMOJU - Alienação de Bens - FT 12	1.898.348,87	0,00	0,00	0,00	0	1.898.348,87	-	0,00	1.898.348,87
FERMOJU - FT 29 – Rec. Selos de Aut.100%	15.216.664,68	28.650,33	193.053,84	3.101,66		14.991.858,85	59.374,29	0,00	14.932.484,56
FUNSEG - FT 70 – Rec. Dir. Arrecadados	20.642.913,57	0	19.117,90	74.410,42		20.549.385,25	525.922,73	0,00	20.023.462,52
FECDOJ - FT 70 – Rec. Dir. Arrecadados	1.544.437,58	0	0	0		1.544.437,58	-	0,00	1.544.437,58
FERMOJU FT 70 – Outros Rec. Vinculados	238.857.360,23	422.048,00	1.377.247,71	2.380.383,08	15.420,77	234.662.260,67	27.777.210,02	0,00	206.885.050,65
TOTAL (III)=(I+II)	694.168.036,34	451.898,33	20.802.422,13	2.685.677,66	415.674.551,09	254.553.487,13	32.863.469,58	0,00	221.690.017,55

FONTE: SIAFE; SEFIN/GCONT

NOTA 1: Os recursos de dep. judiciais no montante de R\$ 273.263.773,56, referem-se a 30% do valor do Fundo de Reserva sob a guarda do TJ pertencentes a terceiros;

NOTA 2: O saldo da Disp. de Caixa Líquida na coluna "h" se apresenta com valores negativos, tendo em vista o seu gerenciamento ser de responsabilidade do Tesouro Estadual, conforme estabelece a Lei nº 16.320, de 11 setembro de 2017;

NOTA 4: Os recursos do FUNSEG são considerados "Vinculado conforme estipula a Lei Estadual nº 15.145, de 4 de maio de 2012.

NOTA 5: A Disp. de Caixa Líquida após a inscrição em Restos a Pagar não Processados da Fonte de Operações de Crédito apresenta-se negativo devido os recursos encontrar-se sob a gestão da SEFAZ (coluna h).

Nota 6: Republicação para incluir os recursos da Fonte 70 Fermoju em Recursos Vinculados.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 20 de março de 2023.

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

Secretário de Finanças

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará